

Convictos de que somente através de um fórum que possibilite o aprofundamento das discussões é que as mudanças necessárias para a qualidade do ensino virão a se concretizar, os estudantes da UFPA, continuam empenhados em articular a Comunidade Acadêmica para a realização do Congresso Universitário, que, há dois anos, se constitui na principal proposta do Diretório Central dos Estudantes.

Inicialmente proposto para ser realizado em novembro de 85 o Congresso sofreu vários adiamentos porque, a forma como se pretendia encaminhá-lo, dizem os estudantes, dificultava o encaminhamento do processo. No entender das lideranças estudantis "naquela altura ninguém tinha interesse e vários entraves foram sendo criados". Outros fatores a contribuir para o atraso, dizem, se relacionam à dificuldade estru-

DCE quer a definição de um cronograma

tural dos órgãos da UFPA, bem como as sucessivas greves que ocorreram neste período.

Empenhados em retomar a discussão sobre o assunto e agilizar a realização do congresso o DCE está tomando várias medidas para levar debate às salas de aula e desta forma, fazer com que os estudantes tenham uma maior participação no processo. Assim, além dos Centros Acadêmicos, o DCE está ressuscitando a figura do representante de turma que, segundo o presidente do Diretório, Cláudio Arroyo, possibilitará a criação de canal direto entre os estudantes e as en-

tidades estudantis e o encaminhamento das discussões sobre o Congresso Universitário. Ao mesmo tempo, diz o diretor, nós vamos ter acesso a dados concretos sobre a situação do ensino na UFPA no que se refere às condições e a qualidade.

O DCE acredita que se pelo menos 30% das quatro mil turmas existentes na UFPA, tiveram representantes, a mobilização estudantil sofrerá um salto muito grande e com isto poderá modificar substancialmente o quadro atual na UFPA.

Paralelo a este trabalho o DCE está se empenhando

em rearticular a ADUFPA e a ASUFPA para que seja elaborado um novo programa e um novo cronograma do Congresso Universitário, seus critérios e atribuições. A perspectiva é de que a realização do Encontro ocorra no próximo semestre.

ELEIÇÕES PARA O DCE

As eleições para a nova Diretoria do DCE serão realizadas nos dias 15 e 16 de junho. Pelo menos duas chapas já estão articuladas para disputar o pleito: Raça, apoiada pela diretoria atual e consituída por representantes de várias correntes políticas e Torrente, formada por membros do MR-8 e PFL.

As chapas interessadas em concorrer à eleição dispõem do prazo de quarenta e oito horas, antes do pleito, para fazer suas inscrições.

ram opção foram beneficiados, entre os quais o ex-reitor José da Silveira Netto, o criador do Pecúlio Universitário.

A festa do pecúlio foi presidida pelo reitor, que ao discursar disse que a Universidade deliberou reformular o regulamento do Pecúlio Universitário "de modo que ele possa ser não apenas uma segurança e um auxílio à família do servidor falecido, mas ofereça também, ainda durante a vida, um momento de compensação e de alívio para o próprio servidor, em meio às agruras que todos nós enfrentamos e com muito maior razão os aposentados".

O primeiro a receber a ajuda foi Silveira Netto. "Professor Silveira Netto é uma honra entregar o título nº 1 ao senhor, que foi o criador do Pecúlio Universitário" - disse o reitor da UFPA.

Ainda durante a cerimônia o presidente da Associação de Servidores da UFPA, João Batista Araujo, fez um retrospecto da luta dos servidores em relação aos aposentados, destacando o papel desempenhado pela funcionária Anna Calumby que organizou um grupo de aposentados dentro da entidade para lutar pelos interesses destes trabalhadores inativos.

A Reitoria da UFPA prestou homenagem a funcionária aposentada Dalila Ferreira da Silva, de 88 anos, agente administrativa da Universidade, que recebeu Diploma e Medalha do Mérito Administrativo pelos bons serviços prestados, como pode ser observado através de sua folha de trabalho.

Foto: Paula Sempelo



O reitor entrega a AFA aos aposentados

Reitoria entrega a Ajuda Financeira para aposentados

Em cerimônia que contou com a presença do ex-reitor José da Silveira Netto, foi realizada no dia 22 de maio a entrega da Ajuda Financeira por Aposentadoria aos funcionários aposentados da Universidade. A cerimônia se realizou logo após a celebração da Pás-

coa Universitária, no hall da Reitoria.

A ajuda Financeira por Aposentadoria foi proposta pelo Reitor José Seixas Lourenço e é concedida ao funcionário aposentado, equivalente a 10% do valor do Pecúlio Universitário. Na primeira fase, 160 aposentados que fize-

BEIRADODORIO

Órgão informativo da Universidade Federal do Pará

ANO III - Nº 13 - JUNHO/JULHO DE 1987

Foto: Paula Sempelo



Os 30 anos da UFPA

Na festa da AFA, os aposentados voltaram ao Campus.

No teatro Margarida Schiwazzappa, do Centur, a UFPA outorgou o título de Professor Emérito aos professores Manoel Ayres, João Batista Cordeiro de Azevedo, Raymundo de Mendonça Dias, Cécil Meira, Affonso Rodrigues Filho e Daniel Coelho de Souza.

A Assembléia Universitária se reuniu para a cerimônia que integrou a programação de comemoração dos 30 anos da UFPA. O reitor José da Silveira Netto, que implantou no Campus Pioneiro do Guamá, voltou à Universidade. Foi homenageado com Diploma e Medalha Gaspar Viana e recebeu o título n. 1 da AFA, a Ajuda Financeira por Aposentadoria. Silveira foi o criador do Pecúlio Universitário. Cento e sessenta aposentados receberam o benefício. (Pág. 6 e 7).

A busca da vacina contra os fungos

O Departamento de Patologia Tropical da UFPA há quatro anos faz pesquisas em vinte bairros de Belém para identificar os fungos encontrados na atmosfera e, posteriormente, pesquisar vacinas contra doenças provocadas por eles. Entre estas doenças, existem manifestações alérgicas seriíssimas, como asma, urticária e infecções respiratórias. A pesquisa dará condições para que órgãos de saúde possam tomar medidas de proteção à população (Pag. 3).

Foto: Paula Sempelo



O professor Manoel Ayres recebe o título de Professor Emérito, entregue pelo reitor da UFPA

As conquistas salariais de professores e servidores

Trazendo significativas melhorias salariais para professores e servidores, a isonomia salarial entre Universidades autárquicas e fundacionais já é uma realidade. Na página 5 fique informado sobre como está a elaboração dos planos de cargos e salários de professores e servidores.

Comissão para traçar política ambiental

A Comissão Executiva do Meio Ambiente, criada em março, está em fase de implantação. Com a finalidade de elaborar um política de meio ambiente, a CEMA trabalha em duas sub-comissões voltadas para a infra-estrutura da Comissão e à preparação do 2º Seminário Nacional sobre Universidade e Meio ambiente, em novembro. Os pesquisadores constatarem que denúncias de ações contra o meio ambiente feitas por iniciativa isolada ou setorializada se enfraquecem e não funcionam na questão ambiental (Pág. 5).

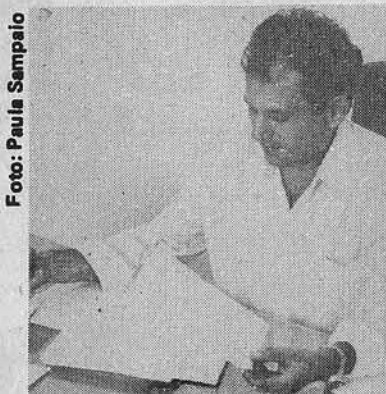
N O T A S

Bernardino na Chefia de Gabinete

Bernardino Ribeiro, que desde 1981 era secretário dos Colegiados Deliberativos da Administração Superior da UFPA nomeado pelo reitor Daniel Coelho de Souza, assumiu a Chefia de Gabinete da Reitoria da Universidade por nomeação do reitor José Seixas Lourenço.

Bernardino ingressou na UFPA em 1977, através de concurso público. É paraense, nascido em Ponta de Pedras. Jornalista, atuou desde 1971 no jornal O Liberal, onde foi operador de radiofoto e telex, repórter, redator e editor.

Durante um ano exerceu atividades jornalísticas no Jornal O Estado do Pará, até seu fechamento. Bernardino Ribeiro é bacharel em Direito pela UFPA e Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Bra-



Bernardino substitui Eduardo Martins

sil - Seção Pará.

O novo chefe de Gabinete da Reitoria, substitui a Eduardo de Souza Martins que está atuando no Grupo de Primatologia do Museu Emílio Goeldi.

Para a Secretaria-Geral dos Colegiados Deliberativos Superiores da UFPA foi nomeada pelo reitor a funcionária Júlia Rodrigues.

Universon de volta

Um debate sobre jazz marcou a volta do Projeto Universon na quarta-feira, dia 29 de maio, no hall da Reitoria do Campus da UFPA. A primeira apresentação do Universon foi inteiramente dedicado ao jazz e contou com uma atenta platéia que se espalhou pela grama do lado da Reitoria.

O Projeto foi criado em 86 pela Pró-Reitoria de Extensão, através do Serviço de atividades Musicais da UFPA. Ao

final da tarde de todas as quartas-feiras, são realizadas audições musicais, com músicos do SAM interpretando música clássica e popular.

Os músicos do Universon - professores ou estudantes do SAM - executam instrumentos os mais variados no hall da Reitoria, em local aberto ao público. Este ano, devido a greve dos professores, o início do Projeto foi adiado, coincidindo com início das aulas, após a paralisação.

Modelo nas finanças

O Departamento de Finanças da UFPA é considerado pelo Ministério da Educação como instituição modelar. O MEC tem indicado para as universidades brasileiras o DEFIN da UFPA como modelo na área de administração financeira e contabilidade. O DEFIN foi criado em julho de 69 pelo então reitor Aloysio da Costa Chaves. Até abril de 87 ele foi dirigido por Suely Fraha, atual pró-Reitora de Administração da UFPA. Nestes 18 anos, Suely consolidou, com muita competência, o conceito mo-

delar que hoje desfruta o DEFIN. Atualmente o diretor do Departamento é José Ribamar Fonseca, profundo conhecedor do meio administrativo. Em virtude do conceito que conquistou, o Departamento de Finanças recebeu, durante o mês de maio passado, a visita de uma equipe de técnicos administrativos da Universidade do Maranhão, que estagiou por dez dias colhendo subsídios para implantação do Sistema Orçamentário Financeiro e Patrimonial daquela instituição.

BEIRA DO RIO

Editado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Federal do Pará - Prédio da Reitoria, 3º andar, Campus Universitário do Guamá (Belém-Pará). Tel (091) 229-2088, ramais 212/577. Jornalistas Responsáveis: Rosa Leal (Reg. Prof. 740 DRF/DF) e Walter Pinto (Reg. Prof. 229 DRT/PA). Participaram desta edição: Léo Costa, Edna Frazão, Paula Sampaio, Carmem Bragança, Rosa Leal e Walter Pinto. Diagramação: Alcindo Cavalcante. Composto e Impresso na Gráfica e Editora Universitária. Trav. Rui Barbosa, 491, Belém-Pará.

Livraria

Publicações da UFPA e de todas as Editoras Universitárias do Brasil estão à disposição para atendimento na Livraria do Campus, ao lado da Biblioteca Central, no Setor Básico do Campus Universitário (fone 229 2088 - ramal 357). Também podem ser solicitadas através da Gráfica e Editora Universitária, na Travessa Rui Barbosa, 491 - Reduto, fone (091) 222 9575 - CEP 66000-Belém/PA. A Livraria atende através de cheque ou ordem de pagamento, reembolso ou vale-postal, ou através de cheque nominal. Use o telex (091) 1013 para solicitar as publicações.

Abaixo publicamos a relação de publicações disponíveis na Livraria do Campus:

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: fundamento e mercantilismo (2v.) 1970, 272 p. Manoel N. Dias.

Amazônia, Processo Civilizatório: Apogeu do Grão Pará (PROED) José Ubiratan Rosário.

Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e Tecnologia no Pará (2 tomos) 1985, 587 p.

Antologia do Folclore Brasileiro Co-edição UFPA/UFPA/EDART) 1982, 387 p. Américo Pellegrini Filho.

A Poesia na Estética de Hegel, 1977, 78 p. Albeniza Chaves.

As Missões Religiosas e o Barroco no Pará 1986, 124 p. Maria de Lourdes Sampaio Sobral.

Aspectos do Falar Paraense, 1983, 191 p. Maria de Nazaré Vieira.

Belém do Pará - Estudo de Geografia Urbana 1986, Antonio Rocha Penteado.

Coleção de Platão (Tradução direta do grego, por Carlos Alberto Nunes) Marginalia Platônica (volume introdutório), 1973, 254 p.

Compêndio das Eras da Província do Pará 1969, 395 p. Antonio Ladislau Baena

Dois Aspectos do Discurso Literário: plebiscito e famigerado 1982, 37 p. Célia Coelho Bassalo.

Esboço para a Geologia entre a cidade de Belém-Rio Gurupi e Atlântico-Rio Guamá, 1969, 79 p. Fritz Louiz Ackermann.

Escoamento do Minério dos Carajás 1975, 37 p. J. Lima Paes.

Glossário Inglês-Português de Termos Técnicos de

Geologia 1971, 54 p. James Lionel Burnett.

Glossário Paraense 1968, 98 p. Vicente Chermont de Miranda.

História de Belém (2 v.) 1973, 833 p. Ernesto Cruz.

Introdução à Ciência do Direito 1972, 457 p. Daniel Coelho de Souza

Introdução ao Estudo da Literatura 1974, 332 p. Cécil Meira.

Introdução à Mecânica dos Meios Contínuos 1973, 175 p. José Maria Bassalo.

Latim sem Lágrimas 1984, 70 p. Cécil Meira.

Linguística e Literatura 1980, 186 p. Série Dalcid Jurandir.

Maneirismo: um estilo de época 1983, 119 p. Walkiria Melo.

Manual de História da Literatura Latina 1977, 437 p. Rômulo Augusto de Souza.

Manual de Propedêutica Médica (2 v.) 1983, 624 p. Bettina Ferro de Souza.

Mecânica Quântica 1983, 238 p. Orlando Moura.

Medicina Caseira Paraense 1985, 80 p. Maria de Nazaré Vieira.

Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará (3 v.) 1970, 1063 p. Domingos Antonio Raiol.

Noções Sobre Recursos e Processos de Execução 1987, 172 p. Ophir Filgueiras Cavalcante.

O Cacaulista, Cenas da Vida do Amazonas 1973, 146 p. Inglês de Souza.

O Coronel Sangrado 1968, 198 p. Inglês de Souza.

O Outro Instinto do Pecado 1976, 89 p. (Co-edição UFPA/Artenova) Leandro Tocantins.

O Planejamento na Universidade Federal do Pará 1982, 100 p. (Série Planejamento e Desenvolvimento).

O Sistema Portuário de Belém 1973, 260 p. Antonio Rocha Penteado.

Pacto Amazônico 1982, 96 p. Adherbal Meira Mattos.

Passarinhos 1983, 45 p. Milton Camargo.

Planejamento e Organização Curricular 1982, 74 p. Marcondes R. Souza & Nelson Ribeiro.

Redação: Análise de Desvios Linguísticos (1ª e 2ª partes) 1985, 219 p. José Carlos Cunha et alii.

E X T E N S Ã O

SOURE

• O segundo módulo dos cursos da Universidade em Soure inicia no dia 5 de julho. Como no primeiro, as aulas serão realizadas na Escola Estadual de 2º grau Edna de Souza Gonçalves.

• No primeiro módulo a escola funcionou bem, embora as salas de aula fossem pequenas para algumas turmas. Sabedor deste problema, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Mariuadir Santos, fez um pronunciamento em sessão do dia 15 de maio, pedindo que o governo do estado construa um local mais apropriado para as aulas. Mariuadir ressaltou a influência que esta ação terá sobre os universitários quanto ao rendimento, e principalmente para Soure e cidades vizinhas, em relação ao desenvolvimento no setor educacional. A Prefeitura de Soure já destinou uma área, na 3ª rua da cidade, para construção do Campus Universitário de Soure. A planta arquitetônica do Campus está, inclusive, pronta. Foi projetada pelo arquiteto Manoel Lopes.

• A coordenação do Campus da Universidade está sendo feita por Vicente Pamplona Martins, servidor da UFPA.

• No primeiro módulo nove professores estiveram em Soure: José Carlos Fontes (Introdução à Psicologia) Telma Lôbo (Língua Portuguesa) Maria Luiza Bisi dos Santos (Língua Inglesa) Alberto Alves (Geografia Humana) Raimundo Jorge de Jesus (Ciências Políticas I) Edson de S. Maia (História da Arte I) Maria de Lourdes Rodrigues (Espanhol) Edna de Oliveira Evaristo (Educação Física) e João dos Santos Protásio (Cálculo I).

• Os cinco cursos da Universidade que integram o projeto de Interiorização nesta fase de implantação estão com cerca de 160 estudantes. O curso de Pedagogia tem 50, é o de maior número.

• No primeiro semestre, a professora Edna Oliveira Evaristo organizou um time de voleibol formado pelos estudantes. A estréia do time foi contra uma equipe de Soure, o Blumenau Esporte Clube. A vitória foi do Blumenau, mas os estudantes não se

sentiram derrotados. No segundo módulo o trabalho será retomado e a equipe tem tudo para se consolidar.

• O prefeito de Soure, Raimundo Cassiano, tem colaborado com o Projeto de Interiorização. E mais do que isso, tem colaborado com estudantes de municí-

pios vizinhos, fornecendo a eles residência e alimentação.

• O exemplo do prefeito de Soure pode ser seguido pelos outros prefeitos, bastando para isso que cada um auxilie seus estudantes quando durante a permanência em Soure.



Em alguns campi, foram necessárias reformas nos prédios para o reinício das aulas.

O acervo de Óbidos

A partir de um pedido feito pela própria comunidade, a Universidade Federal do Pará desenvolve, desde o início deste ano, um inventário do acervo arquitetônico de Óbidos que subsidiará a execução de projetos de restauração e preservação desses prédios históricos. Os projetos representam uma parte do Plano de Interiorização levado a efeito pela UFPAe são coordenados pelos Departamentos de Arquitetura, através da arquiteta Jussara Derenji, com a participação de professores e alunos deste e dos Departamentos de Desenho, Estrutura, História e Antropologia. Os recursos para os trabalhos são oriundos do Ministério da Cultura, repassados pela Fundação Pró-Me-

mória e serão empregados, nessa primeira fase, nos levantamentos arquitetônico e fotográfico executados ainda este ano.

Localizada às margens do rio Amazonas, a cidade de Óbidos tem sua origem num forte mandado construir pelos portugueses, no final do século XVII, e de um aldeamento organizado pelos frades da Piedade. O acervo a ser restaurado é formado, basicamente, pelo forte (conhecido como dos Pauxis), pelo quartel da extinta 8ª Bateria da Artilharia da Costa e uma fortaleza situada na Serra da Escama, chamada a defesa Gurjão, as duas últimas construções do início do século e em estado de decadência.

O ponto de partida do grupo constituído pela Universidade e coordenado pela arquiteta Jussara Derenji, foi o estabelecimento do que é, de fato, o patrimônio a ser preser-

vado. Segundo Jussara, embora isso possa parecer uma questão supérflua, trata-se de "tema da maior relevância, de vez que a tendência da comunidade era valorizar as construções consideradas mais importantes no caso utilizando o critério da monumentalidade, o que se expressaria no quartel e no forte."

O inventário, de acordo ainda com a coordenadora dos projetos, tem por fim obter subsídios para auxiliar na preservação em dois níveis: de elaboração de projetos de restauração, recuperação e reutilização dos prédios mais significativos; e de auxiliar os poderes públicos municipais a elaborar medidas de proteção dos bens culturais e naturais, de maneira a que o desenvolvimento da área central da cidade não implique na destruição de sua identidade arquitetônica e paisagística.

E X T E N S Ã O

ABAETETUBA

No dia 5 de janeiro tiveram início as aulas dos cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Língua Portuguesa e Pedagogia do Campus de Abaetetuba, com a presença do reitor José Seixas Lourenço, que proferiu a Aula Magna para os quase duzentos e cinquenta alunos aprovados no Vestibular Especial do Projeto de Interiorização.

quadro docente que ministrou o primeiro módulo do Campus foi formado por José Miguel Veloso, José Edmilson Lobato, José Caubi Monteiro, Maria do Céu da Costa, Léa Ceres Matos, Ernani Pinheiro Chaves, Edilza Fontes, Maria Lúcia Melo, Denise Simões, José Carlos Cunha, Antonio Abreu, Maurílio Costa, Vivaldo Reis Filho e José Carlos Chaves Cunha.

As atividades complementares ao módulo foram bastante concorridas como o curso ministrado por professores de Educação Física da UFPA; as palestras "Município de Abaetetuba: contingente populacional, suas principais áreas de localização e composição étnica", ministrada pelo professor José Heiná Maués, e "Abaetetuba: fundação, colonização, economia e aspectos gerais", pelo professor Jorge Coutinho Machado.

Esses assuntos despertam um grande interesse dos alunos pelo desconhecimento de vários aspectos e informações acerca desse município. Além disso, os alunos de Geografia, História e Pedagogia fizeram uma visita ao Complexo Industrial Albrás/Alunorte, como complementação do trabalho desenvolvido nas salas de aulas.

Um trabalho de pesquisa que pretende se desenvolver em Abaetetuba e que recebeu total apoio dos professores, é o de sementeira e plantio de açaí. A idéia surgiu após a constatação de que a devastação desse tipo de palmeira está cada vez mais intensa e somente terrenos limpos, sem qualquer arborização, restaram. Logo nos primeiros contatos a iniciativa recebeu apoio da Prefeitura e de órgãos ligados à agricultura, como Emater e Secretaria de Agricultura, além de especialistas da FCAP, que deu todas as orientações sobre o plantio e cultivo.

Nas reuniões de avaliação dos professores, com a participação dos representantes dis-

centes e da professora Maria da Conceição Solano Reis, coordenadora do Núcleo, foram colocadas algumas necessidades sentidas por todos, como a falta de uma Biblioteca que possa servir aos alunos para consultar e complementação dos assuntos relatados em aula, e também, laboratórios de Química e Física, para aulas práticas.

BRAGANÇA

O Campus Universitário de Bragança, coordenado pelo professor Miguel Ramos da Silva, desenvolveu nos meses de janeiro, fevereiro e março, várias atividades paralelas no funcionamento do primeiro módulo, que foi iniciado no dia 5, quando oficialmente tiveram início os cursos de Licenciatura com a Aula Magna proferida pelo reitor José Seixas Lourenço.

Durante esses meses foram desenvolvidas naquele município os cursos de "Reforço em Física", ministrado pelo professor Elsen Santos Alencar; "Eletrônica Básica", pelo professor Orlando dos Santos Brito; "Fundamentos de Nutrição, Alimentação e Tecnologia de Alimentos", pelo professor Cláudio Amanajás; e sobre "Plantas Medicinais", que foi realizado pela professora Marlene Silva de Moraes, com carga horária de quinze horas, quando foram ministrados conhecimentos sobre cultivo, conservação e uso de drogas obtidas de plantas, além de aulas práticas. No próximo módulo este curso terá continuidade com a segunda etapa, quando serão levados os resultados dos estudos realizados nos laboratórios da UFPA com as plantas recolhidas em Bragança. Além desses, foi realizado o curso de Reciclagem de Professores do Município e foi elaborado o

planejamento dos cursos sobre Introdução a Linguagem e Básico e de Inglês.

coordenação do Campus de Bragança entrou em entendimentos com a Pró-Reitoria de Extensão no sentido de possibilitar a publicação das poesias selecionadas no 1º Concurso Literário realizado naquele Campus, e com os dirigentes do Rotary Club foram acertados detalhes para a reimpressão do livro Sinopse da História de Bragança, em convênio com a UFPA.

Para melhor equipar as instalações do Campus foi pedido à Prefeitura Municipal a construção de um bloco de salas de aula e um centro de convenções, em colaboração com a equipe técnica da UFPA. Além disso foi solicitado às prefeituras de Santarém Novo, Irituia e Augusto Correa a colaboração no sentido de apoiar financeiramente as despesas com o Campus.



Colégio Eliseu Corolli, local das aulas em Bragança

SANTARÉM

Já em plena atividade, o Campus de Santarém está realizando, desde o dia 26 de maio, uma programação de cursos de extensão destinados a profissionais de diversas áreas e a comunidade em geral. O primeiro deles é a Oficina de Papel Artesanal e Reciclado, promovido em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo e sob a responsabilidade do professor Laurimar Leal. A Oficina tem por objetivo divulgar o uso de fibras regionais na fabricação de papel artesanal divulgar o aproveitamento do papel e viabilizar a realização do Papel Arte - 1ª Exposição de Papel

Artes Reciclado. A Oficina vai até o dia 16 de junho.

No dia 10 os professores João Castro Filho, José Raiol e Milton Monte, do Departamento de Arquitetura, dão início ao curso de Arquitetura nos Trópicos, em convênio com a Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Santarém. O curso é uma tentativa de sensibilizar os profissionais de arquitetura e engenharia para os problemas de adequação das edificações às condições ambientais da Amazônia, utilizando para isso recursos tecnológicos e exemplares de arquitetura. Será ministrado até o dia 26 de julho.

Já no dia 11 serão os assistentes sociais que iniciam um curso de extensão sobre

Metodologia do Trabalho Social. A promoção integra as atividades conjuntas desenvolvidas pelo Campus e o Núcleo de Santarém da Associação Profissional de Assistentes Sociais do Pará e tem por objetivo preparar os profissionais desse campo que atuam em políticas sociais, institucionais e movimentos sociais autônomos. Vai durar uma semana e é aberto à comunidade.

Na semana de 20 a 28, como resultado da Oficina de Papel, será realizada a Exposição Papel Arte. A abertura será no dia 20, às 20 horas, na Casa da Cultura João Santos. A promoção conta ainda com o apoio da Fundação Projeto Rondon.

L A B O R A T Ó R I O

Pesquisa na atmosfera de Belém identifica fungos e suas doenças

Responsável por uma gama de doenças alérgicas que atingem ao homem, os fungos encontrados no ar vêm sendo motivo de muitas pesquisas que visam, principalmente, identificá-los e desta forma levantar as várias espécies patogênicas provocadas por eles.

Em Belém, o trabalho de identificação dos cogumelos tem sido uma preocupação constante dos professores Domingos Silva e Tarcísio Carvalho, do Departamento de Patologia Tropical, do Centro de Ciências da Saúde da UFPA, que, a quatro anos, realiza uma pesquisa na atmosfera da cidade para traçar o papel dos fungos.

De acordo com o professor Domingos Silva, coordenador da pesquisa, o trabalho de identificação dos cogumelos existente no ar de Belém possibilitará não só o levantamento dos fungos responsáveis por manifestação alérgicas, bem como, em fase posterior, a produção de antígenos micóticos e vacinas. Segundo ele, os poros de fungos em suspensão no ar, provocam sérios danos ao homem tais como asma, urticária, infecções respiratórias, entre outras doenças. A pesquisa, ressalta o professor, dará condições para que os órgãos de saúde possam tomar medidas de proteção.

Durante esses quatro anos em que a pesquisa vem sendo desenvolvida foram feitas observações diárias em vinte bairros da cidade. Nesses locais, pessoas devidamente treinadas realizaram a coleta de material através de técnicas especiais. Cinco a dez dias depois o material coletado era examinado. Em cada placa analisada foram encontrados cerca de 30 a 40 colônias de fungos.

Após a fase de colheita, que durou dois anos, os pesquisadores passaram a realizar o trabalho de identificação e cultura dos fungos. Este trabalho, devido a falta de recursos, sofreu várias interrupções, o que motivou o atraso na con-

cientistas como os seres mais espalhados do universo, com cerca de um milhão de espécies, os cogumelos tendem a se reproduzir com maior facilidade em clima como o nosso, quente e úmido, pois esses dois fatores são fundamentais para o desenvolvimento. Por outro lado, não há ainda como combatê-los, o que dificulta ainda mais o trabalho de controle sobre eles.

A pesquisa foi toda financiada pela Universidade Federal do Pará e estará concluída dentro de sessenta dias. O resultado do trabalho será publicado e divulgado junto aos órgãos de saúde e instituições educacionais.

Interessados em aprofundar ainda mais os conhecimentos sobre os fungos, os pesquisadores estarão dando continuidade ao trabalho mas, desta vez, a pesquisa será realizada nas camadas superiores do ar. Utilizando avião os pesquisadores farão a colheita de material em locais diferentes, para analisar até que altura há, ainda, condensação de poros dos fungos. Esse trabalho será iniciado, provavelmente, no próximo semestre.

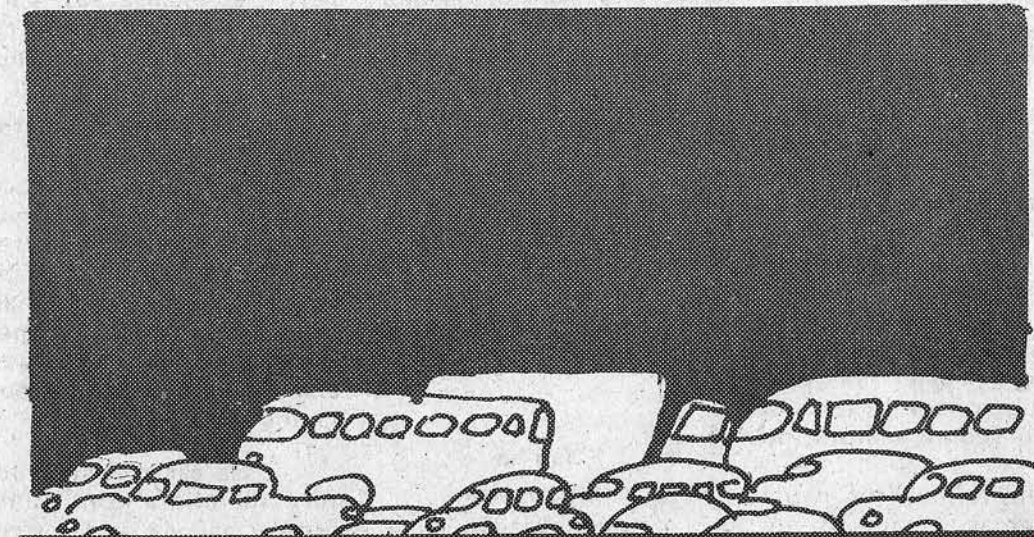


clusão da pesquisa. Por outro lado, por ser um cogumelo muito sensível à variação do trabalho teve que ser estendido por um tempo maior.

Na fase de identificação, os pesquisadores descobriram

a existência de agentes altamente perigosos para a saúde do homem, alguns, inclusive, responsáveis pelo ataque ao sistema nervoso central, provocando doenças como meningite e encefalite.

Considerados, por alguns



Autoritarismo à brasileira

Por Roberto Aguiar

Nossas raízes históricas são autoritárias desde o tempo da Colônia. Daí o estado brasileiro ter uma resistência muito grande à democratização, mesmo quando ela se cinge a aspectos meramente formais.

Esse autoritarismo gera situações paradoxais na fase atual da realidade política brasileira, chamada de período de transição. Não sabem identificar esse caminho. Transição de onde, para que lugar?

Alguns fenômenos observáveis hoje, demonstram que estamos num caminho do conservadorismo agressivo para o conservadorismo legalista. Em verdade, a Constituinte, pela leitura dos relatórios das suas sub-comissões, tem chegado a soluções pouco renovadoras e até mesmo mais atrasadas.

"A Constituinte tem chegado a soluções pouco renovadoras e até mesmo, mais atrasadas"

Basta observarmos as conclusões a inviabilização da Reforma Agrária no país, na medida em que as expropriações não mais serão pagas por títulos da dívida pública, mas a dinheiro. Triste também o não assumir-se o conceito de obrigação social da propriedade, o que a tornará absoluta, como sempre, no Brasil.

Em termos do papel das Forças Armadas, até agora, nada mudou, continuando elas como defensoras de uma ordem interna, acima da Constituição, um poder moderador armado que tem o privilégio de traduzir exclusivamente a idéia de Pátria, Nação e Segurança, o que revitaliza

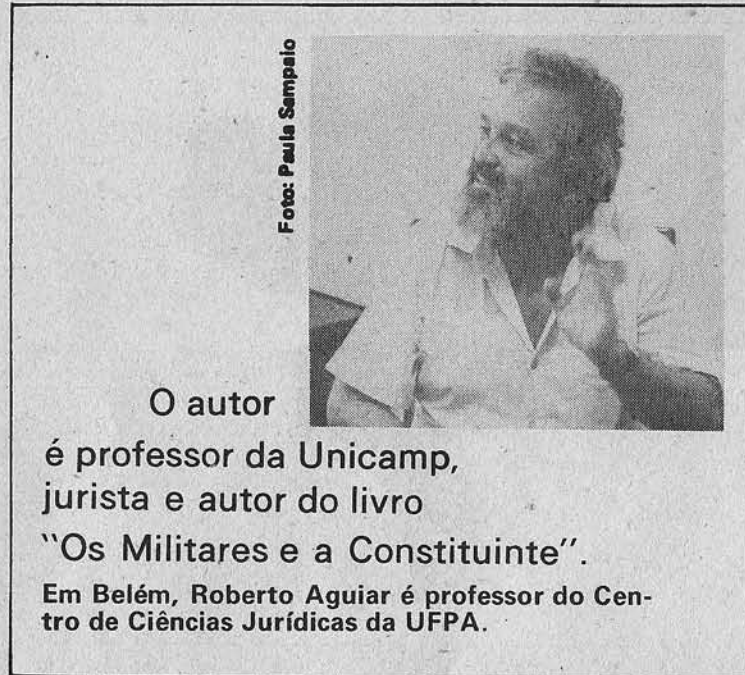


Foto: Paula Sampaio

O autor é professor da Unicamp, jurista e autor do livro "Os Militares e a Constituinte".

Em Belém, Roberto Aguiar é professor do Centro de Ciências Jurídicas da UFPA.

a doutrina da Segurança Nacional que serviu de respaldo para o regime autoritário implantado a partir do pronunciamento de 1964.

Hoje existem setores militares que pretendem uma renovação dessa doutrina, mas a ambígua e caótica situação nacional não fornece a conjuntura necessária para essa revisão.

O autoritarismo brasileiro também se traduz por uma concepção paradoxal da Federação. Talvez,

"Não há abertura para regionalização, para as diferenças culturais, de problemas e de necessidades"

estejamos perante o único Estado Unitário-Federativo, pois os Estados Membros ainda continuam numa ciranda de mendicância a gravitar em torno do Poder Central. Não há abertura para regionalização, para as diferenças culturais, de problemas e de necessidades.

O Brasil, país heterogêneo e polimorfo, é tratado como se fosse um bloco uno. Assim, ainda estamos e continuaremos num regime civil na forma e militar na ação, até porque não foram desativados os mecanismos de repressão que entristeceram este país por tantos anos.

Essa característica autoritária aflora com muita clareza por via de fatos recentes. Basta observarmos o golpe sofrido pela soberania da Constituinte, quando o Presidente da República, resolve, imperialmente, definir a duração do seu próprio mandato.

A censura continua a correr solta, cerceando o

direito à informação do cidadão. Podemos nos lembrar o recente fechamento do programa denominado "1987" da TV Cultura da União, justamente a partir de uma discussão sobre o papel das Forças Armadas com membros do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, órgão a que pertence e programa que se iniciou com um texto meu, retirado do livro "Os Militares e a Constituinte". Também podemos citar o desaparecimento forçado do famoso programa de Mino Carta, na TV Record.

Por outro lado, es autoritarismo está presente nos famosos conluios financeiros que redundaram no escândalo da ferrovia Norte-Sul e, para nós paraenses, na atabalhoada intervenção no Banco do Pará, que suscitou por parte

"A censura continua a correr solta, cerceando o direito à informação do cidadão"

do Estado uma reação ácida e eficaz.

Diante de tudo isso, para aqueles que querem um Brasil transformado e mais justo, sobra um espaço de luta: a pressão articulada na Constituinte para a mudança de certos preceitos fundamentais e a luta cotidiana no sentido da organização da sociedade civil, dos trabalhadores, no sentido da implantação de uma democracia real neste País.

A questão mineral e a Constituinte

Por Luís Ercílio do C. Faria Jr.

O autor é Doutor em Geologia, coordenador do curso de Pós-Graduação em Geociências da UFPA, professor de Geologia Geral e Sedimentologia e ex-presidente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia.



Foto: Paula Sampaio

basadas e com a necessária ação política.

Mais recentemente, com a concretização da Assembléia Nacional Constituinte, os detentores dos grandes cartéis exploradores da nação brasileira saíram do obscurantismo e vieram abertamente defender seus interesses lançando mão da mesma estratégia empregada pelos geólogos, só que com uma diferença: o poder econômico. O resultado foi uma farta distribuição de cartilhas a políticos e autoridades em todos os níveis, do municipal ao federal; inúmeras instituições e organizações, ligadas ou não às questões minerais, receberam impressos de Entidades patronais do Setor contendo "informações" e "esclarecimentos" sobre artigos e leis vigentes, e seus fundamentos filosóficos; Foram montados em vários Estados brasileiros "lobbys" econômicos voltados para a classe política e os lucros obtidos com estas ações estão agora travestidos de "representantes do povo" na Constituinte. As propostas deste grupo, que é a maioria são muito claras e vão frontalmente de encontro àquelas defendidas pelos geólogos.

Já há alguns anos, antes de se imaginar numa Constituinte, que os geólogos brasileiros, através de suas Associações Profissionais e de sua Coordenação Nacional, a CONAGE, vêm discutindo e propondo mudanças no atual Código de Mineração com o objetivo de resguardar os interesses nacionais e os benefícios da sociedade brasileira no caso da exploração dos recursos minerais. Vários foram os documentos elaborados e encaminhados às autoridades federais e estaduais. No início, a falta de conhecimento jurídico sobre a matéria e as formas primárias de encaminhamento das propostas, resultaram não mais que em promessas das autoridades de visão deste ou daquele artigo do Código e da Constituição. Com o avanço das forças democráticas, que desejavam instaurar no Brasil uma nova ordem institucional, a comunidade geológica revitalizou-se e partiu para novas lutas com propostas mais em-

tas para o Setor Mineral, fatalmente muito pouco será modificado no atual panorama da questão mineral no Brasil. Por isso, é bastante oportuno apresentar aqui os pontos básicos da proposta encaminhada pela comunidade geológica, através de diversos canais políticos, à Assembléia Nacional Constituinte:

1. Os recursos minerais de qualquer natureza devem pertencer à Nação, de forma inalienável e imprescindível e, como tal, deverão ser administrados pela União;

2. A propriedade do solo deve ser distinta daquela do subsolo;

3. A prospecção e a pesquisa mineral deverão ser realizadas através de autorização federal, dada a brasileiros ou a empresas de mineração que primeiro requerem a área objetivada;

4. A lavra dos bens minerais deverá ser permitida através da assinatura de contrato entre a empresa de mineração e a União, com duração nunca superior a 25 (vinte e cinco) anos, preservando-se sempre os interesses nacionais, estaduais e municipais, podendo ser renovado como dispuser a lei;

5. Somente poderá ser autorizada a funcionar como empresa de mineração a sociedade que tiver, no mínimo, 51% de seu capital pertencente a brasileiros ou a pessoas jurídicas de capital inteiramente nacional, não podendo os acordos de acionistas ou contratos sociais transferir poder decisório administrativo, comercial, financeiro e tecnológico aos

eventuais sócios estrangeiros;

6. A empresa de mineração deverá pagar uma indenização pelo direito de lavrar o bem mineral;

7. As transações comerciais no Brasil ou no Exterior que impliquem em transferência de direitos minerais deverão ter a aprovação prévia do Governo Federal e, no caso de envolvimento de empresas estrangeiras, a aprovação do Congresso Nacional;

8. A exportação de bens minerais deverá ser condicionada aos interesses do mercado interno e as necessidades futuras do País;

9. Aos Estados e Municípios deve ser atribuída uma parcela do poder de decisão sobre o modo de aproveitamento do depósito mineral ocorrente em seu território;

10. A União, considerando o interesse do País e no exercício da soberania nacional sobre os recursos minerais, poderá recusar assinar contrato de lavra com empresas de mineração;

11. A lavra do bem mineral deverá encerrar um compromisso social, com a empresa de mineração investindo, anualmente, parte do respectivo lucro em outras atividades econômicas distintas da mineração, no município em que situar a mina;

12. Deverão ser mantidos os atuais monopólios estatais do petróleo e do Urânio, com a União podendo instituir outros monopólios de bens minerais, principalmente aqueles de caráter estratégico, tendo em vista o interesse nacional, sendo vedado aos seus detentores firmar contratos ou acordos de qualquer natureza que representem alienação, associação ou tornem ambíguo o poder de decisão e gestão sobre os mesmos;

13. Os recursos minerais existentes em reservas indígenas devem ser considerados como de Reserva Nacional, somente sendo lavrados naqueles casos de estrita necessidade para o País, após consentimento expresso da respectiva comunidade indígena e do Congresso Nacional, com a lavra sendo realizada diretamente pela União.

14. Os bens minerais, a semelhança dos demais recursos naturais, somente deverão ser aproveitados em consonância com as necessidades sócio-econômicas do País e com tecnologia compatível com a preservação do meio ambiente.

1o. E 2o. G R A U S

UMA NOVA PROPOSTA DE TRABALHO

Depois de uma análise criteriosa dos conteúdos programáticos de todas as séries de 1º e 2º graus, em todos os níveis e disciplinas, o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) reprogramou o ano letivo de 1987. O estudo contou com a participação de pais e professores e o resultado foi a correção de algumas lacunas existentes.

A discussão que provocou maior polêmica nos grupos de trabalho foi a referente à dosagem de conteúdo. Afinal, chegou-se ao consenso de que o NPI de 1º e 2º graus continuará a desenvolver o trabalho de novas metodologias, mas o conteúdo de cada série será aquele que, de acordo com a Psicologia do Desenvolvimento, for mais adequada ao aluno, de maneira a que não se gere uma sobrecarga de atividades.

ALTERNATIVAS DE APRENDIZAGEM

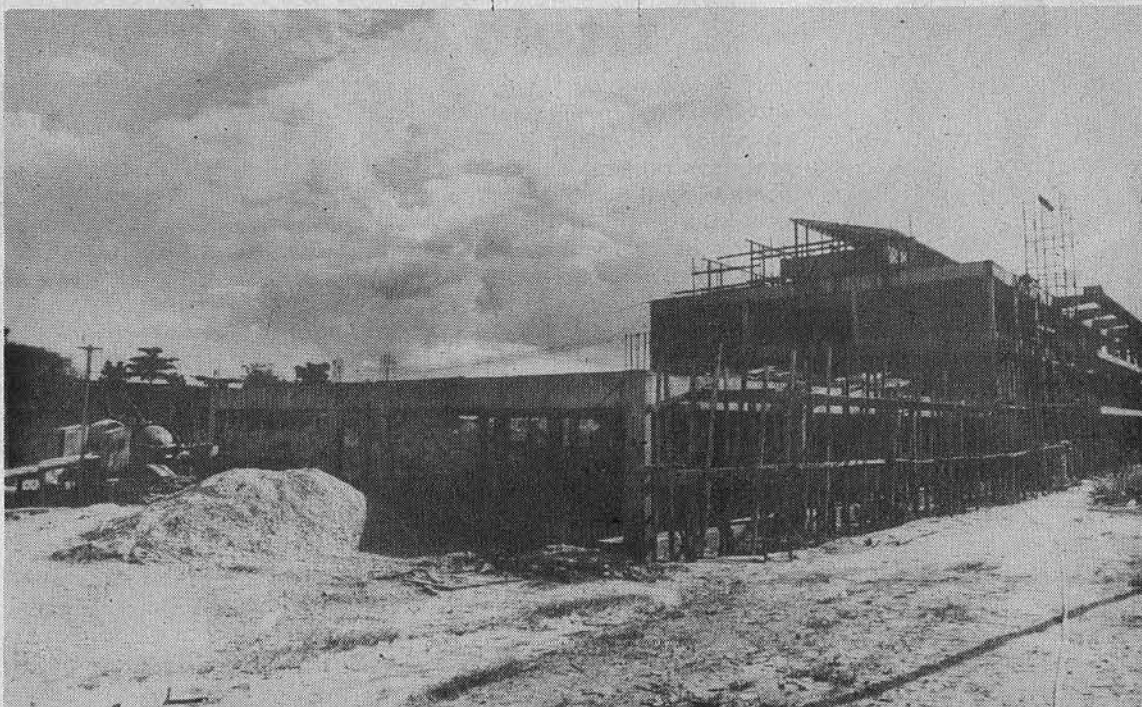
A preocupação quanto à qualidade do ensino de Ciências e Matemática nos cursos de 1º e 2º graus levou o NPI a realizar uma série de experiências com o objetivo de desenvolver as habilidades científicas dos alunos, tais como observação, experimentação, interpretação, análise do conhecimento, valorização de atividades de defesa da saúde, conservação e aproveitamento de recursos do meio, uso adequado da tecnologia, comparação entre teoria e fato comprovado, credência, opinião e ciência.

O Projeto Alternativas de Aprendizagem de Ciências e Matemática, dessa forma, tem trazido a Belém professores de outros Estados para repassarem suas experiências. Já vieram a professora Nilza Bertoni, de Brasília, e o professor Fernando Pizzato, do Rio Grande do Sul.

ESTÁGIO PROGRAMADO

Tendo como referencial teórico uma práxis educacional voltada para um efetivo compromisso de profissionais e pais com a educação de crianças e adolescentes, o NPI tem desenvolvido uma experiência

Foto: Paula Sampaio



Em construção, o prédio do NPI 2º Grau

de bons resultados - o estágio programado. O projeto conta com a participação de técnicos e professores de 1º grau e, até agora, 100 estagiários já concluíram essa experiência em apenas um ano de implantação.

O Estágio Programado é desenvolvido em três momentos: treinamento - fundamentação teórica; trabalho de campo e avaliação. O Estágio se realiza a cada semestre e, ao final, o estagiário tem direito a um certificado, caso cumpra a carga horária programada.

CURRÍCULO POR BLOCOS

Como escola experimental, o NPI tem trabalhado em novas metodologias, com o objetivo de levar a uma mudança positiva na área da Educação. Assim, desde o início de 86 foi implantado o Currículo por Blocos de Disciplinas Afins através de uma proposta de trabalho, os blocos ou áreas de estudo são desenvolvidos em períodos distintos, sem fugir ao que é estabelecido em termos de carga horária e integração dos conteúdos.

O projeto por blocos foi proposto tendo como parâmetro a sensibilidade e a inteligência do aluno, respeitando suas idéias e iniciativas. O trabalho, inclusive, já é um projeto experimental em classes-laboratório de 5ª e 6ª séries. Quem estiver interessado em conhecer o trabalho, é só procurar o NPI.

ARTES PRÁTICAS

As artes práticas continuam a ter o maior incentivo no NPI. Tanto é que, através de cursos livres integrados ao currículo, o curso de 1º grau tem oferecido aos seus alunos conhecimentos sobre trabalhos manuais e muitos talentos têm se revelado. Os estudantes podem fazer sua opção dentre os seguintes cursos: bordado a mão, tapeçaria, recorte em madeira, pintura em vidros e tecidos, entalhe, crochê, tricô, tearia artística, manicure/pedure, noções práticas de cozinha e xilogravura.

Desde maio as artes práticas contam com um bazar no NPI de 1º grau, para exposição e venda de trabalhos manuais. É só conferir.

INFORMÁTICA

Colocar o aluno informado acerca da evolução tecnológica é a preocupação do NPI a oferecer cursos de informática. Nesse sentido, muita coisa já foi alcançada, como a alocação de três computadores e uma impressora para o curso de 1º grau. Como alguns aparelhos estão com problemas, os defeitos devem ser sanados imediatamente de maneira a que os alunos possam utilizá-los ainda este semestre.

Face a clientela muito grande, apenas os estudantes da 8ª série vão fazer os cursos, mas as outras séries devem ser

beneficiadas em breve, com a melhoria de condições do setor.

CLUBINHO DE DANÇA

Sob a coordenação da professora Carmem Lília da Cunha Faro, o NPI inaugurou o Clubinho de Dança, que pretende dar às crianças e aos jovens oportunidade de desenvolverem suas potencialidades afetivas, cognitivas e psicomotoras. O Clubinho trabalha com ginástica rítmica, desportiva e dança moderna e tem, atualmente, 250 alunos do NPI e da comunidade. Para o desenvolvimento das atividades, o Clubinho conta com a ajuda de diversos estagiários. A programação do ano será divulgada, nesse espaço, sempre que houver novas atividades.

LITERATURA INFANTIL

Construindo Nosso Livro é o nome do projeto que o NPI executa em turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries com a finalidade de estimular a literatura e criatividade dos alunos. É, também, um projeto experimental voltado para a Literatura Infantil onde, através de um trabalho sistemático e gradativo, cada classe vai compondo seu livro texto, cujos autores são as próprias crianças. A experiência vem dando excelentes resultados nas turmas que compõem o projeto.

ADMINISTRAÇÃO

Quatro greves depois, a conquista da isonomia

Quase sete anos após à rearticulação do movimento sindical nas universidades e quatro greves depois, funcionários e professores das autarquias conquistaram uma de suas mais caras reivindicações: a isonomia salarial com as fundações. Apesar de no caso dos professores, a tabela do MEC estar aquém do proposto originalmente pela Andes, o projeto aprovado traz significativas melhorias salariais. Para os servidores, a conquista é ainda mais expressiva, de vez que a proposta aprovada estabelece os níveis de remuneração muito próximo aos reivindicados pela categoria.

De acordo com a tabela do MEC, resultado de demoradas negociações entre a Andes, Fasubra e o CRUB durante o tempo em que durou a greve, os servidores tiveram um aumento de 65%, correspondente a 35% de adiantamento da isonomia e de 20% do gatilho salarial de abril. Além disso, foram estabelecidos pisos para os três níveis de atividades: para o apoio administrativo, de 3.883 cruzados; para o nível médio, 8.073 cruzados; para o nível superior, 13.150 cruzados. Esses valores já estão ultrapassados, de vez que foi disparado o gatilho salarial de maio, o que significa que a eles deve ser feito um acréscimo de 20%.

A proposta de detalhamento do PCS, apresentada pela Fasubra e em discussão na

subcomissão que trata do Plano do ponto de vista dos servidores, tem como princípios básicos para o enquadramento o tempo de serviço na instituição de ensino superior e a escolaridade. Por essa proposta - que ainda não foi aprovada - um servidor de 2º grau com 12 anos de atividades na universidade, passa para a referência 19 do novo Plano, com um salário de 26 mil cruzados. A proposta da Fasubra determina ainda que para a mudança de referência por tempo de serviço, será obedecido um interstício de 18 meses e cada referência (em todos os níveis são 30) corresponde a aumento de 6% sobre o salário. O MEC, no entanto, propõe um aumento de 5%.

No que se refere aos professores, a avaliação feita pela Andes logo em seguida ao anúncio da tabela, era de que esta representou ganhos significativos, mas não é satisfatória, considerando que os docentes em regime de 20 a 40 horas, que constituem a maioria do quadro das universidades, mantêm salários ainda baixos. Por outro lado, uma restrição apresentada pela Andes já na ocasião, levou a que se reestudasse a concessão de incentivos também para os profes-

res com livre docência e especialização. O projeto aprovado estabelece incentivos para mestres e doutores, com adicionais de 15 a 25% sobre os salários, respectivamente.

A Andes também avaliou que alguns pontos do projeto deixam a desejar, como a reivindicação da aposentadoria aos 25 anos de serviço, que o MEC considerou inconstitucional e remeteu para outra esfera, com promessas de estudar a questão jurídica para ver a possibilidade de atender, posteriormente, a reivindicação.

Com a nova tabela, o salário do professor auxiliar 1, de Dedicção Exclusiva, passou em abril para cerca de 22 mil cruzados, enquanto o titular passou para 46 mil cruzados. Sobre esses valores, incidem em 20% do gatilho de maio. Como o Plano Único de Cargos e Salários ainda não foi concluído, a diferença da atual remuneração em relação à nova tabela, será paga em folha suplementar.

A CONQUISTA DA ISONOMIA

Além do aumento de 65%, como adiantamento da isonomia e o estabelecimento de pisos salariais, na última reunião do Conselho de Re-

presentantes das Associações de Servidores e a Fasubra, ocorrida em Brasília no período de 16 a 20 de maio foram introduzidas algumas modificações na proposta de planos e salários com vistas a torná-lo mais adequado à realidade da categoria. Por outro lado para efeito de assegurar os pontos básicos do plano o CRUB, a ANDES e a Fasubra, entregaram, no dia 21 de maio, um ante-projeto do decreto que regulamenta a lei 7.596 sobre a isonomia salarial para o Secretário Geral do MEC, Aloisio Sotero.

Desta forma ficam assegurados os pontos que dizem respeito aos critérios para o enquadramento do Serviço Técnico-Administrativo, a extensão dos benefícios e vantagens aos aposentados e inativos, bem como a promoção por mérito e qualificação.

As discussões em torno do projeto encontram-se em fase final e após a análise da subcomissão formada pelo MEC, Sedap, o CRUB, andes e a Fasubra, será encaminhado à Comissão Interministerial constituída por representantes do MEC, Ministério da Administração e a Seplan, que terão prazo até o dia 14 de julho para se posicionarem a respeito do assunto. Em seguida o projeto será encaminhado ao Presidente da República para que o mesmo sancione, o que deve acontecer no período de 14 a 31 de julho.

Política do meio ambiente

A poluição em Porto Trombetas, provocada pelo lançamento do resíduo da lavagem da bauxita no lago Batata, pela Mineração Rio do Norte e, mais recentemente, o problema ocorrido, na Albrás, em Barcarena, que resultou na poluição do Igarapé Dendê, através do derramamento de uma grande quantidade de dióxido de enxofre, foram alguns dos casos relacionados à questão do meio ambiente denunciados pelos técnicos e pesquisadores do Núcleo de Tecnologia Mineral da UFPA.

Em primeiro caso, a denúncia teve grande repercussão na comunidade científica e na esfera governamental culminando, inclusive, com a interferência do governo federal, através do Ministério das Minas e Energias para a solução do problema. Isto, porém, só foi possível devido à divulgação da denúncia em todo o país, através do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão que, desta forma, oportunizou aos pesquisadores a difusão de suas denúncias entre as autoridades.

No segundo caso, porém, a constatação do problema ocorrido no Igarapé Dendê e as consequências do acidente limitaram-se apenas a um relatório incompleto elaborado pelos pesquisadores que, a

convite da Albrás, estiveram na área avaliando o caso. Apesar da iniciativa dos pesquisadores, a análise do problema, não pôde ser aprofundada devido às dificuldades encontradas, tais como a necessidade da permanência na área e a falta de aparelhos e equipamentos especializados.

Conscientes de que as iniciativas isoladas e setorializadas são enfraquecidas e não funcionam na questão ambiental, os pesquisadores começaram a se articular objetivando criar, na Universidade, uma instituição que possibilite a congregação de todas as pessoas interessadas no assunto e que se proponha a apresentar à administração da UFPA uma política de meio ambiente, bem como as formas de operacionalização.

Assim, em março foi criada na Universidade a Comissão Executiva do Meio Ambiente (CEMA), constituída de três professores de cada Centro e Núcleos existentes, além de um representante do InformAM. A comissão possui, ainda, uma direção responsável pela coordenação dos trabalhos e que tem como presidente o professor Ezequiel Carneiro, do Nutem, e como vice-presidente o professor Norbert Fenzel, do Centro

de Geociências.

A comissão está dividida em duas sub-comissões: uma responsável pelo levantamento da infra-estrutura material e humana da UFPA, para responder às questões ambientais, e outra com a incumbência de preparar o 2º Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, previsto para ser realizado em Belém, no mês de novembro.

A decisão de realizar o Seminário Nacional em Belém é resultado da atuação da representação da UFPA, no 1º Seminário realizado de 86, em Brasília.

Além do diagnóstico do meio ambiente e de apresentar propostas alternativas que minimizem os efeitos já causados, a Comissão executará, também, um trabalho voltado para a prevenção. A primeira proposta é de um zoneamento ecológico para uma análise dos efeitos, no meio ambiente, da exploração dos recursos naturais da Amazônia.

Após a fase de implantação da CEMA, os pesquisadores pretendem manter um intercâmbio com outros órgãos envolvidos na questão ambiental, tanto da região Amazônica como de todo o país. A longo prazo a CEMA pretende influir nas decisões e trans-

formar-se em um órgão de consulta permanente sobre a questão ambiental.

Para que isso venha a se efetivar, porém, é necessário a reestruturação da UFPA. De acordo com os membros da comissão, a atual estrutura de Departamentos existentes na Universidade, não funciona na questão ambiental. O ideal, assegurou, seria a criação de um Núcleo ou Centro Interdepartamental.

Para eles o trabalho a ser desenvolvido pela Comissão (GEMA) é um desafio mas, apesar disso, a UFPA está muito à frente das demais instituições de ensino superior da Amazônia no que se refere à questão ambiental. Para que trabalho da Comissão venha a se consolidar, dizem os pesquisadores, se faz necessária participação mais efetiva de todas as pessoas interessadas no assunto.

Diz o presidente da Comissão, Ezequiel Carneiro: é necessário que cada um dê a sua parcela de contribuição. Só assim nós conseguiremos efetivar um trabalho sistemático voltado para a questão ambiental. "Para os interessados em Meio Ambiente: O CEMA funciona no 2º andar do Centro Tecnológico, no Setor Profissional da UFPA.

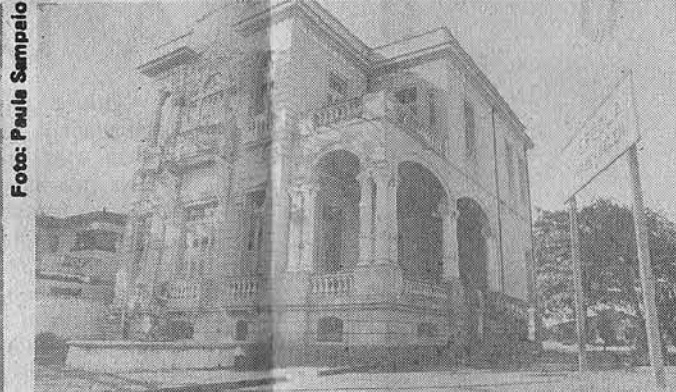
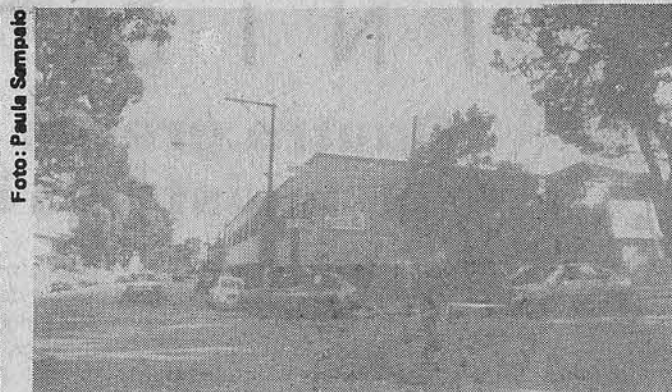


Foto: Paula Sampaio
A antiga Escola de Engenharia é hoje depósito de uma loja

Foto: Paula Sampaio
No prédio onde funcionou a Faculdade de Farmácia, uma escola

Foto: Paula Sampaio
O antigo prédio da Faculdade de Filosofia é hoje sede da Apae

Das antigas faculdades isoladas de Belém, passando pela criação do Campus até aos campi em oito cidades do Pará a Universidade se desenvolve.

Um novo ciclo aos 30 anos



A primeira experiência na Amazônia se registrou em 1909, na época do fastígio da borracha.

Foi no Amazonas, com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus, ou simplesmente Universidade de Manaus, como era conhecida.

A segunda tentativa na história da universidade na Amazônia aconteceu em 1924, com o surgimento da Universidade livre do Pará. Foi uma iniciativa de intelectuais de projeção nos meios científicos e culturais, destacando-se entre outros Inácio Moura, Camilo Salgado, Elias Viana e Jaime Aben-Athar. Segundo o pesquisador Eidorfe Moreira, essas universidades livres destinavam-se a manter cursos avulsos sobre diferentes matérias, com bases em palestras e conferências e não em regime de aulas, visando um formação cultural de idéias gerais. Era esta tendência então dominante nas Universidades européias.

Na Amazônia, as Universidades Livres traduziram-se mais em planos e intenções do que em atos concretos. "Foi, por assim dizer, a semente de uma nobre idéia, que mal chegou a vingar", afirma Moreira, que, no entanto, reconhece ter sido uma das mais nobres tentativas no sentido de incrementar o ensino em nível superior no Pará.

Os dois primeiros cursos de ensino superior no Pará surgiram ainda durante a fase áurea da borracha, através da Faculdade de Direito, fundada em 1902, e Escola de Farmácia, fundada dois anos depois. Mas durante a fase de crise econômica, cessado o apogeu da borracha, é que o ensino superior se desenvolveu

mais, com a criação de outras Faculdades. É desta época a Faculdade de Odontologia, 1914, e a Faculdade de Medicina, 1919. A Faculdade de Engenharia, de 1931, foi fundada durante o governo de Getúlio Vargas. O Sistema Universitário do ministro Francisco Campos já está vigorando (ver box).

No início da década de cinquenta, o deputado federal Epílogo de Campos apresentou à Câmara Federal o projeto de criação da Universidade do Pará. Cinco anos depois, o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Virou lei n. 3.191. Esta foi criada a Universidade Federal do Pará, em 2 de julho de 1957.

Foi a oitava universidade federal criada no País. Na época havia Universidades apenas no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Esta última era a mais distante em relação ao Sul do país. Segundo Eidorfe, a criação da UFPA possi-

bilitou não só a quebra da continuidade do vazio existente no Norte, como passou a atuar como força de condensação dentro da Amazônia, pois seu influxo pioneiro incentivou o surgimento das universidades do Maranhão, em 1961, e Amazona, em 1962.

Eidorfe observa que a lei de criação da UFPA constitui o ato mais importante do governo federal em relação à Amazônia, culturalmente falando. Na fase de implantação a Universidade não passava de um agrupamento de sete faculdades isoladas (Medicina e Cirurgia; Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas).

Essas Faculdades funcionavam em prédios isolados que se espalhavam pelos bairros de Nazaré, Umarizal, Comércio, Batista Campos e São Brás. A pulverização destes prédios era tamanha que o número deles na

Av. São Jerônimo, entre D. Romualdo de Seixas e Acácio Cabela, fez com que o trecho ficasse conhecido como artéria universitária. Lá funcionava toda a administração universitária e várias unidades de ensino.

Dez anos após a implantação, a UFPA ocupava 29 imóveis. O número de graduados sobe de 164, em 1957, para 478, em 1967. Não havia problema de vagas. A UFPA oferecia então 25 cursos de formação profissional.

O primeiro reitor foi Mário Braga Henriques, nomeado pelo presidente da República. O segundo, José da Silveira Netto, ficou por nove anos à frente da Reitoria e foi o responsável pela implantação do Campus Universitário do Guamá. Em 1971, sob o regime da Reforma Universitária de 69, o reitor Ulysio Chaves implanta Núcleos de Educação em Satarém, Macapá, Bragança, Castanhal, Abaetetuba e Cametá. O Campus do Guamá passa por um período de expansão. São construídos os prédios da Biblioteca Central, Ginásio de

Esportes, os auditórios do setor básico, a cantina, o setor de computação, laboratórios, entre outras obras.

Vinte anos depois da implantação, a UFPA registra a matrícula de 12.258 alunos. É a fase do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher. O número de professores atinge 1.098, enquanto os funcionários já são 1.01. Outra fase marcante na história da UFPA foi o início da abertura democrática na administração do reitor Daniel Coelho de Souza. Nesta fase, a comunidade votou pela primeira vez para eleger uma lista sextupla de candidatos a reitor, um direito relegado apenas ao Conselho Universitário.

Trinta anos depois os cursos da UFPA estão quase totalmente funcionando no Campus do Guamá. O projeto de Interiorização leva os cursos superiores de Licenciatura plena em Geografia, História, Matemática, Letras e Pedagogia para oito municípios - Altamira, Abaetetuba, Castanhal, Cametá, Marabá, Soure, Santarém e Bragança.

O número de estudantes cresce e vai para 14.259. Agora são cursos de graduação. Na área de especialização, o Plano Norte de Pós-Graduação fomenta a criação de novos cursos de mestrado, que agora somam 9 (nove) na área de Geociências há ainda o Curso de doutorado em Geologia, Geoquímica e Geofísica. No ano de 1986, a Universidade Federal do Pará entrega o grau de 1.623 colandos.

A implantação do ensino superior em oito municípios consolida, assim, o início do resgate do compromisso da Universidade para com a região, de acordo com o plano de intenções do então candidato a reitor José Seixas Lourenço, em novembro de 1984.

Assembléia Universitária outorga título de professor emérito

A Assembléia Universitária da UFPA, reunida no dia 26 de maio, outorgou o título de professor Emérito aos professores Manoel Ayres, João Baptista Cordeiro de Azevedo, Raymundo de Mendonça Dias, Cécil Meira, Affonso Rodrigues Filho e Daniel Coelho de Souza. A cerimônia, presidida pelo reitor José Seixas Lourenço, se realizou no teatro Margarida Schiwazzapa, no Centro Cultural Tancredo Neves - Centur.

Para outorga do título, o Mestre de cerimônia Bernardino Ribeiro, chefe de Gabinete da Retoria, promoveu a instalação da mesa formada pelo reitor, pelo vice-reitor Almir de Morisson, pelos pró-reitores Nilson Pinto de Oliveira, Netuno Nobre Villas, Ruth Bulamarqui de Moraes, Suely Frahia e Adelino Noronha; pelos representantes dos Conselhos Deliberativos Wilhan de Almeida Cavalcante (Consun) Odinéia Telles Figueiredo (Consep) Luciano Nicolau da Costa (Consad) e pela secretária dos Órgãos Colegiados Júlia Rodrigues. O presidente do Diretório Central dos Estudantes, João Claudio Arroyo, não compareceu à cerimônia.

Todos os professores agraciados estão aposentados, mas, segundo o reitor "o grande conteúdo do título e a preciosa lição que ele pretende transmitir é que alguns de nossos professores se identificaram de tal sorte com sua função de magistério e envolve-

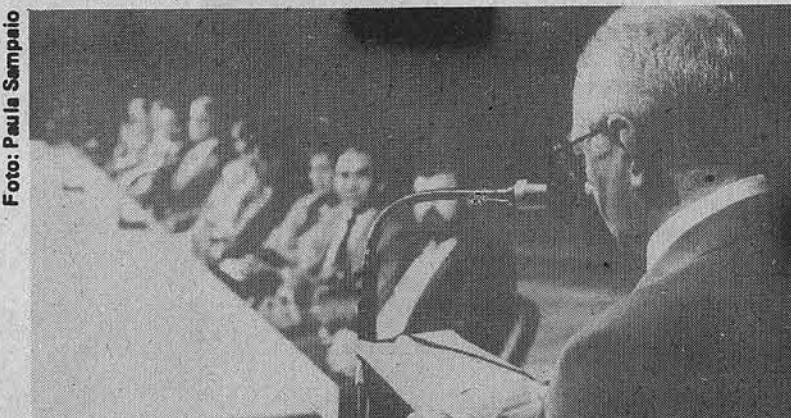


Foto: Paula Sampaio
O professor Manoel Ayres fala em nome dos condecorados

ram a sua tarefa de ensinar com uma dose tão forte de idealismo, que a sua docência não se esgotou com o término de seu período de exercício ativo."

O Professor Emérito é justamente aquele professor cujos méritos são visíveis não apenas entre seus contemporâneos mas na seqüência do crescimento interior da Universidade, que só inscreve os seus nomes entre seus anais de gestos meritórios porque a própria comunidade universitária já os havia inscrito nas páginas de sua memória e de sua gratidão.

Na cerimônia coube ao professor Horácio Schneider saudar ao agraciado Manoel Ayres, médico pediatra e professor da antiga Faculdade de Medicina. O professor Acácio Centeno fez saudação ao professor João Baptista Azevedo,

odontólogo e professor da Escola de Odontologia do Pará. O professor Evandro Oliveira saudou ao agraciado Raymundo Dias, professor da antiga Faculdade de Farmácia. O jurista Ophir Cavalcante saudou ao professor Cécil Meira, ex-catedrático da Faculdade de Direito. José Maria Cardoso Salles saudou ao professor Affonso Rodrigues Filho, catedrático da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Finalmente, o professor Clodoaldo Beckmann saudou ao professor Daniel Coelho de Souza, jurista, catedrático da Faculdade de Direito e ex-reitor da UFPA.

Em nome dos agraciados, o professor emérito Manoel Ayres discursou sobre a homenagem e sobre o trabalho desenvolvido por eles. O título de professor Emérito foi entregue pelo reitor José Seixas Lourenço.

Inaugurado monumento a Gaspar Vianna

Construído pela Assessoria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Belém, o Monumento a Gaspar Vianna foi inaugurado oficialmente no dia 11 de maio pelo reitor José Seixas Lourenço e pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Mariuadir Santos. O monumento acha-se construído no Campus Universitário em área frontal ao prédio da Reitoria da UFPA.

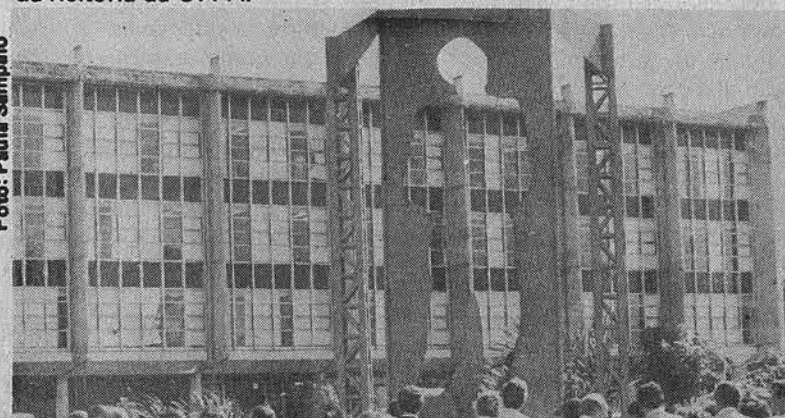
A inauguração se realizou no Dia de Gaspar Vianna, de acordo com Decreto Estadual assinado pelo ex-governador Jader Barbalho. Nesta data o cientista paraense completaria 102 anos de vida. A inauguração do monumento simbolizou o reconhecimento do Estado, e especialmente da UFPA, a um dos mais ilustres cientistas nascido no Pará e um dos maiores benefei-

tores da humanidade.

O cientista paraense que estudou Medicina no Rio de Janeiro destacou-se por suas pesquisas que culminaram com a descoberta da cura da Leishmaniose, terrível doença que vitimou inúmeras pessoas no mundo até o início deste século. A idéia de erigir um monumento em sua memória partiu da Sociedade Brasileira de Parasitologia, através de seu presidente Habib Frahia Neto. O projeto do monumento foi elaborado pelos arquitetos Osmar Pinheiro de Souza Jr., Paulo Chaves e Jaime Bibas.

Após a inauguração do Monumento, todos os presentes à cerimônia participaram da entrega de medalha e diploma Gaspar Vianna realizada no auditório da Reitoria da UFPA. Foram agraciados personalidades que se destacaram no trabalho de revalorização da memória de Gaspar Vianna.

Foto: Paula Sampaio



A escultura de Gaspar Viana, no Campus

O cenário universitário na época da criação

Até o início da década de trinta, o ensino superior do País era todo ministrado em Faculdades isoladas. Foi por esta época que o ministro da Educação, Saúde e Higiene do governo Getúlio Vargas, Francisco Campos, propôs a organização de um sistema universitário, nada mais do que um agrupamento de Faculdades desvinculadas uma das outras.

No início da década de cinquenta, vinte anos depois, o sistema universitário de Francisco Campos está atrasado em relação às necessidades sociais e econômicas do país.

De acordo com a pesquisadora Maria Caropreso, autora do ensaio "Universidade Sufocada", publicado em Retrato do Brasil, editado pela Editora Política, a Universidade dos anos 50

se caracterizava por "feudos dominados pela figura de um professor catedrático, a imprimir aos cursos um caráter enciclopédico, elitista, não voltado para as necessidades objetivas de um país que passava por significativas modificações no campo econômico".

"O diploma universitário era uma espécie de indicador de prestígio e status social - declara a pesquisadora, ao mostrar que, em 1942, de quase 1,7 milhão de alunos que ingressaram na primeira série do então curso primário, somente 16.450 chegaram ao ensino superior, onze anos depois, algo meros de 0,25% da população. O setor de pesquisa fundamental para sustentar o desenvolvimento industrial, continuava como um corpo estranho e sem função definida nesta Universidade.